



A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Raquel Souza Ramo-UFPE-Brasil¹

Joséte Florencio dos Santos-UFPE-Brasil²

Kliver Lamarthine Alves Confessor-UFPE-Brasil³

RESUMO

Esse artigo teve como objetivo identificar a importância da governança corporativa impactada na captação de recursos bancários das pequenas e médias empresas que compõem o arranjo produtivo local de confeccões do Agreste de PE na visão dos gestores bancários e dos gestores das empresas. Por meio da análise fatorial, os mecanismos de governança estudados: transparência, prestação de contas e conselho, foram divididos em 5 fatores: divulgação, seriedade, relatórios basilares e extras e o conselho, se mostraram relevantes na ótica dos gestores dos bancos e esses mecanismos, de forma geral, também foram adotados pelas empresas pesquisadas. Os resultados encontrados demonstraram indícios de que a adoção das práticas de governança influencia na sua estrutura de capital, ou seja, podem facilitar na obtenção de dívida com terceiros, especialmente, o bancário. Entretanto, percebe-se que as pequenas e médias empresas ainda adotam de forma incipiente a governança, já que as variáveis relacionadas à governança (transparência, prestação de contas e conselho) apresentaram uma média geral de 3,394, 3,076 e 3,9, respectivamente.

Palavras-chave: Governança; PME; Bancos; Arranjo Produtivo Local.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o conflito de agência entre principal e agente se concentraram em grandes empresas, especialmente, de capital aberto, uma vez que existem dados abundantes dessas empresas. Essa concentração negligencia as pequenas e médias empresas (PMEs) e isso pode acontecer por que os problemas de agência se referem aos conflitos de interesse causados pela separação entre propriedade e controle. Diante disso, seria tentador acreditar que as questões advindas da teoria não se aplicariam às PMEs visto que, comumente, um

¹ raquel.souzaramos@ufpe.br

² josete.santos@ufpe.br

³ kliver.lamarthine@professor.ufpe.edu.br

Ramo, R.S., Santos, J.F., Confessor, K.L.A.; A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas V.8, Nº3, p.74-96, Set/Dez. 2023. Artigo recebido em 09/07/2023. Última versão recebida em 18/11/2023. Aprovado em 20/12/2023.

único sujeito detém a propriedade e desempenha, também, o papel de gestor (Hart, 1995).

No ambiente das PMEs, os conflitos de agência surgem entre os proprietários e seus credores (Panda & Leepsa, 2017), já que os proprietários desfrutam de informações privilegiadas (Michaelas; Chittenden & Poutziouris, 1999). Os bancos, principal credor de capital externo das PMEs, hesitam na concessão de crédito as pequenas empresas, visto que são arriscadas, sendo a assimetria de informação, o racionamento de crédito e a falta de disponibilidade de demonstrações financeiras auditadas fatores-chaves (Kumar & Rao, 2016; Mahlawat & Batra, 2020).

A assimetria informacional presente no âmbito das PMEs, exige uma maior disponibilidade de informações, pois o risco pode ser melhor avaliado. Deste modo, os credores se sentem mais dispostos a investir na organização, visto que tendem a acreditar que os gestores não utilizarão a assimetria de informação para proveito próprio. Assim, as práticas de governança, podem proporcionar um clima de confiança nas relações da organização com terceiros (IBGC, 2014).

Consoante Silva e Leal (2007), a governança corporativa se aplica a todas as empresas que buscam uma relação de transparência e de confiança com seus stakeholders. Face às justificativas para tal proposta, respaldada na discussão da importância da governança e seus benefícios, esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: “Como a importância da governança corporativa impacta na captação de recursos bancários das pequenas e médias empresas que compõem o arranjo produtivo local de confeccões do Agreste de PE na visão dos gestores bancários e dos gestores das empresas?”

Há várias razões pelas quais os estudos sobre a governança e seu impacto no âmbito das PMEs são expressivos. As PMEs constituem um componente significativo para a economia nacional e local, visto representarem 89,9% das MPEs em relação às empresas formais (SEBRAE, 2021) e local, porque no estado de Pernambuco, por meio de um total de 501.463 estabelecimentos de pequeno porte, chegaram a contribuir com 26,1% do PIB do Estado (SEBRAE, 2021). Ademais, boa parte dessas empresas estão agrupadas em Arranjos Produtivos Locais (APL) e em Pernambuco encontra-se um dos principais do país (Ministério do Turismo, 2015), reconhecido como o APL de Confeccões do Agreste, localidade onde será desenvolvida a pesquisa.

Em segundo lugar, a maioria dos estudos realizados no âmbito das pequenas são concentrados no contexto de economias em desenvolvimento (Al-Najjar & Al-Najjar, 2017). Já no caso brasileiro, além da dificuldade de acesso a essas empresas, as bases de dados são, praticamente, inexistentes ou de difícil acesso.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O divórcio entre a propriedade e o controle se apresenta como a gênese e uma das questões essenciais da Governança Corporativa (GC). Para Eisenhardt (1989), identificar situações em que o principal e o agente são susceptíveis de terem objetivos conflitantes encaminha as organizações a buscarem a adoção dos mecanismos de governança que limitam o comportamento de agir em benefício próprio do agente.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2014, p. 20) define a GC como um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. Além disso, as boas práticas de governança transformam princípios em indicações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de resguardar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso aos

recursos e colaborando para sua longevidade.

A principal preocupação da GC é garantir a proteção dos investidores e a eficiência, transparência e prestação de contas corporativas, além de mitigar os conflitos de agência (Hakimaha *et al.*, 2019). A transparência tem como norte assegurar o acesso às informações relevantes sobre a gestão e o desempenho das organizações, elas não devem se restringir às questões de desempenho econômico-financeiro, mas contemplar também os demais fatores (critérios intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem para a criação de valor, resultando em um clima de confiança em âmbito interno e externo (IBGC, 2009).

Almeida e Santos (2016) apontaram que disponibilizar mais informações para o mercado ajuda na captação de recursos por meio de dívidas. A transparência, preferencialmente, se refere ao desejo de disponibilizar as partes interessadas informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por lei. Fonseca, Silveira e Hiratuka (2016) constataram, por meio de uma amostra de 252 empresas brasileiras de capital aberto no período 2000 a 2013, que o fator governança corporativa foi relevante na determinação da estrutura de capital das empresas, exercendo um efeito positivo não apenas referente à quantidade, mas sobre a qualidade do endividamento.

Assim, as empresas sofrem pressões, emitidas pelos *stakeholders*, que as incentivam à divulgação de informação suficiente e confiável (Serra & Lemos, 2020), pois quando os proprietários divulgam mais informações, os credores entendem que a empresa presa pela transparência e, assim, podem desfrutar também de uma dívida menos onerosa (Dunne & Mcbrayer, 2019).

Assim, como as grandes empresas ganham vantagem ao adotarem a governança, as PMEs também podem obter benefícios. A governança pode auxiliar as PMEs a se tornarem mais transparentes, já que elas sofrem, devido a falta de elaboração dos relatórios financeiros, com a assimetria informacional (Pindyck & Rubinfel, 2013; Ramos, Santos & Vasconcelos, 2017), que pode causar o risco moral e a seleção adversa.

Na concepção de Matias (2009), a seleção adversa ocorre em virtude das informações sobre o proponente de crédito serem incompletas e/ou incertas. Já o caso do risco moral, está relacionado às ações ocultas dos agentes. Ocorre quando o tomador desvia o crédito para outras atividades de alto risco, que não foram acordadas no contratato, sendo que essa oferece maiores retornos ao investimento, mas que conseqüentemente pode comprometer o pagamento da dívida (Mishkin, 2000).

Erdogan (2018) conduziu uma pesquisa, com 25 banqueiros turcos, que revelou que o acesso das PMEs aos empréstimos bancários é afetado pela confiabilidade dos dados financeiros fornecidos pela empresa. Um dos gerentes entrevistados enfatizou que não é possível para uma empresa receber um empréstimo a menos que possa apresentar sua verdadeira posição financeira. Dong e Men (2014) também verificaram que o problema da informação assimétrica é um fator-chave que causa dificuldades para as PMEs obterem financiamento externo. Ademais, Caneghem e Campenhout (2012) indicaram que tanto a quantidade quanto à qualidade das informações das demonstrações financeiras estão positivamente relacionadas à alavancagem das PMEs. Quintiliani (2019) também constatou uma relação positiva e significativa entre as variáveis, ou seja, uma maior transparência financeira permite que as PMEs reduzam as assimetrias de informação e otimizem sua estrutura de capital.

Além da transparência, outros mecanismos podem ser adotados pelas PMEs, a exemplo do Conselho de Administração (IBGC, 2009). Porém, concernente a esse mecanismo, a estrutura do conselho não é universal e deve ser alinhada as características das PMEs e suas necessidades (Karoui; Khlif & Ingley, 2017).

As PMEs apresentam tipos bem peculiares de conselho, pois, de forma geral, um único sujeito domina a tomada de decisão (Kurniawati *et al.*, 2018), ou seja, elas empregam uma estrutura de liderança combinada (modelo de nível único), na qual o *CEO* atua como presidente do conselho devido às restrições de recursos (Parsa, Chong & Isimoya, 2007).

As PMEs que adotam o modelo único de conselho acabam tendo dificuldades, pois, muitas vezes, a falta de conhecimento de instrumentos gerenciais têm contribuído para inibir o crescimento dessas empresas. Isso ocorre porque muitas decisões são tomadas de forma intuitiva, não considerando os demonstrativos contábeis e as informações gerenciais para amparar as decisões e dar robustez ao planejamento (Santos; Dorow & Beuren, 2016).

Ademais, os estudos mostram também que os conselhos de família e as reuniões informais entre os acionistas são mais importantes do que o conselho de administração para as PMEs italianas (Montemerlo *et al.*, 2004). Umrani, Johl e Ibrahim (2015) identificaram nas PMEs que as decisões são tomadas pelo chefe da família, sendo realizadas fora da sala de reuniões, com a participação dos membros da família.

Além disso, Süsi e Lukason (2019), em um estudo baseado na população total de PMEs da Estônia, buscaram compreender características dos membros dos conselhos. Os resultados indicam que com o aumento da idade do CEO, o risco de falha diminui. Por sua vez, a presença de conselhos e gerentes em que os membros desempenham funções em outras empresas aumentam o risco de fracasso. Wang *et al.* (2016) concluíram também, com base em uma meta-análise de 308 estudos, que a idade do CEO se correlaciona positivamente com o desempenho da empresa.

Diante disso, as pequenas empresas podem desfrutar dos benefícios da formação de um conselho ou da presença de um responsável, visto que é um instrumento que pode facilitar o acesso aos recursos críticos que contribuem para o sucesso da empresa, pois seus membros trazem a *expertise* e o conhecimento para a empresa sobre as opções de financiamento disponível e estratégias para obter financiamento e lidar com a restrição de crédito (Jain & Gumpert, 1980; Abor & Adjasi, 2007).

Em complemento, outra forma de conselho que poderia ser utilizada pelas PMEs, seria a contratação de uma consultoria. Na pesquisa de Schuster e Friedrich (2017), os resultados revelaram que 75% dos empresários entrevistados acreditam que a consultoria pode trazer melhorias significativas para a gestão financeira de suas empresas, pois podem ser aconselhadas sobre o tipo de financiamento mais adequado para seu perfil de risco e o estágio de desenvolvimento. Ralio e Donadone (2015) identificaram a atuação do Sebrae no fortalecimento das PMEs, oferecendo serviços de técnicas de gestão e de treinamento. No entanto, apenas 33% das MPEs contrataram esses serviços.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção versa explicitar a forma como a pesquisa foi conduzida sobre a maneira como os dados foram coletados, tratados e analisados. Esta pesquisa segue uma lógica quantitativa.

A primeira etapa consistiu na definição da amostra e da coleta dos dados. Com o propósito de identificar se a governança seria importante na concessão de crédito bancário, primeiramente, buscou-se a visão dos gestores de bancos. Para a definição da amostra sobre os bancos, foi utilizado o sistema “Busca Banco”, para identificar o quantitativo de agências presentes na cidade de Caruaru (PE), a maior do APL. Foram encontradas 17 agências na cidade e 11 participaram da pesquisa, sendo a amostra final composta por 26 gerentes de conta de Pessoa Jurídica.

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Com relação as empresas, a amostra foi composta por PMEs cadastradas na Receita Federal localizadas nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que abarcam 77% das empresas do APL (SEBRAE, 2012). A cidade de Caruaru é reputada por hospedar a maior feira ao ar livre do mundo (SECRETARIA DE TURISMO, 2021). Santa Cruz do Capibaribe comporta o Moda Center Santa Cruz, considerado o maior *shopping* atacadista de confeccões da América Latina (SEBRAE, 2012) e Toritama é conhecida como a capital do *jeans* (Ministério do Turismo, 2015). O total de empresas do APL são 8.187 empresas (SEBRAE, 2021) e por isso, o critério de representatividade da amostra foi não-probabilístico, justificada por se tratar de uma pesquisa de natureza exploratória (GIL, 2008).

Foram visitadas 382 empresas, porém a amostra final resultou em 102 empresas, um percentual de retorno de 26,7% do total de empresas visitadas. Para a coleta dos dados, e diante da dificuldade em conseguir informações sobre as empresas, a primeira estratégia adotada foi as visitas nos dias das feiras livres nas cidades mencionadas. Na cidade de Caruaru, ocorreu também a visita nas empresas durante o restante da semana.

A receita bruta foi escolhida como critério de definição do porte das empresas pesquisadas, porque elas, em sua maioria, terceirizam parte ou toda a produção, ou seja, muitas não possuem vínculo empregatício, conforme quadro 1.

Quadro 1

Definição do porte das empresas.

Porte	Atividades Econômicas	
	Indústria	Receita bruta
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas	Superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00
Média empresa	De 100 a 499	De R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões

Fonte: SEBRAE e BNDES (2021).

A fim de conseguir os dados e com base na literatura pesquisada, utilizou-se um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados (Gil, 2008). Primeiramente, foi construído e aplicado o questionário nas agências bancárias com os gerentes que possuem conhecimento sobre pessoa jurídica, dividido em 2 seções, às informações sociais e a importância dos mecanismos de governança (transparência, prestação de contas e conselho). Os gestores julgaram pertinente o questionário e não fizeram sugestões de melhoria. Sendo assim, foi construído o questionário aplicado nas PMES, que buscou identificar as características sociais e a adoção dos mecanismos de governança.

O questionário foi submetido à avaliação de dois doutores e professores do ensino superior na área de Administração e por 4 doutorandos das áreas de Administração e Contabilidade, que permitiu melhorar a qualidade do questionário. Após isso, ele passou por um pré-teste com 4 empresas e 2 gerentes de banco. O tempo necessário para que os sujeitos da pesquisa respondessem o pré-teste variou em torno de 20 a 30 minutos.

Para atingir o objetivo principal deste estudo, os dados coletados foram analisados por meio dos *softwares Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – 21). A Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi utilizada com a finalidade de identificar, por meio do conjunto de assertivas referentes à governança, estruturas existentes que não são observáveis diretamente. É uma técnica estatística que estuda a correlação entre muitas variáveis, permitindo a redução de dados, ao identificar as variáveis mais representativas ou criando um conjunto de variáveis (HAIR *et al.*, 2009).

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Para Hair *et al.* (2009), dificilmente conseguiu-se realizar uma AF com uma amostra menor do que 50 observações e pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis analisadas. A amostra final foi de 102 empresas, entretanto, apenas 70 adquiriram recursos bancários, que responderam sobre todas as assertivas de governança, atendendo a orientação do quantitativo mínimo de 50 observações. Já com relação as 5 observações para cada variável, devido à extrema dificuldade de acesso as empresas, não foi atendido. Mas, Field, Miles e Field (2012) argumentam que se todas as variáveis apresentarem comunalidade maior que 0,6, amostras pequenas podem ser adequadas (HAIR *et al.*, 2009).

4. RESULTADOS

Nesta seção foram apresentados os resultados das assertivas sobre o perfil dos gestores dos bancos e das empresas, assim como as características dessas organizações.

Primeiramente, foi traçada as características dos gestores dos bancos, sendo identificado tais atributos em sua maioria (tabela 1): homens (53,9%), brancos (82,0%), com maior faixa etária entre 30 e 35 e 41 e 45 anos (30,8% para ambos), ingressantes na pós-graduação (57,7%), na área de Administração (42,3%), com experiência entre 6 a 15 anos (73,1%).

Tabela 1

Perfil dos respondentes e características dos bancos.

Gênero		Escolaridade	
Masculino	53,9%	Ensino médio	7,7%
Feminino	46,1%		
Raça		Ensino Superior	34,6%
Branco	82,0%	Pós-Graduação	57,7%
Pardo	10,0%		
Amarelo	4,0%		
Preto	4,0%		
Idade		Cargos	
Até 29 anos	11,5%	Gerente	11,5%
Entre 30 e 35 anos	30,8%	Gerente de contas	11,5%
Entre 36 e 40 anos	19,2%	Gerente de relacionamento	7,7%
Entre 41 e 45 anos	30,8%	Gerente de serviços	7,7%
Acima de 45	7,7%	Gerente de negócios	7,7%
Experiência		Gerente de carteiras	34,2%
Até 5 anos	15,4%	Gerente geral	
Entre 6 e 10 anos	38,5%	Outros	
Entre 11 e 15 anos	34,6%		
Acima de 16 anos	11,5%		
Formação dos gestores		Natureza dos bancos	
Pós-graduação em Finanças	15,4%	Público	38%
Pós-graduação em Administração	11,5%		
MBA em Gestão de Pessoas	7,7%	Privado	35%
Graduação em Administração	7,7%	Misto	27%
Graduação em Direito	7,7%		
Outras	19,0		
Não informaram	30,8%		

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco

Nesta seção também são apresentadas o perfil dos entrevistados e das empresas pesquisadas. A princípio foi identificado o papel exercido pelo sujeito na empresa, e devido a natureza das perguntas, limitou-se ao proprietário (75,5 dos respondetes) e, posteriormente, ao gerente (24,5%).

Tabela 2

Panorama do perfil dos respondes e característica das PMEs.

Função/Papel do respondente		Escolaridade	
Proprietários	75,5%	Ensino Fundamental Incompleto	6,86%
Gestores	24,5%	Ensino Fundamental Completo	5,88%
Gênero		Ensino Médio Incompleto	6,86%
Masculino	61,8%	Ensino Médio Completo	32,35%
Feminino	37,3%	Ensino Superior Incompleto	14,71%
Outro	0,98%	Ensino Superior Completo	29,41%
		Pós-Graduação	3,92%
Responsável pela área financeira		Composição Societária	
Proprietário	81,37%	Quantidade de Sócios	
Membro da Família	6,86%	Único proprietário	63,73%
Sócio	4,90%	Um sócio	24,51%
Contador	2,94%	Dois Sócios	8,82%
Outros	3,93%	Três ou mais	2,94%
Idade		% Sócio Majoritário	
Média	37,5	Até 50%	75,68%
Desvio Padrão	11,37	Mais que 50%	24,32%
Áreas de formação		Qtd. de trabalhadores e Tempo de mercado	
Graduação em Administração	48,98%	Média de trabalhadores	13,42
Graduação em Contabilidade	10,20%	Desvio Padrão	17,1
Graduação em Direito	10,20%	Tempo Médio	13,25
Outras (14 áreas)	30,62%	Desvio Padrão	11,56
Porte da Empresa		Experiência com negócio	
Pequena Empresa	92%	Média	13,61
Média Empresa	8%	Desvio Padrão	9,79
Segmento das empresas		Cidades	
Confeção	79,41%	Caruaru	47%
Têxtil	15,69%	Santa Cruz do Capibaribe	46%
Lavanderia	4,9%	Toritama	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os gestores das empresas apresentaram, em sua maioria, as seguintes características: proprietários (75,5%), homens (61,8%), com média de idade de 37,5 anos, ingressantes no ensino superior (48,5%), na área de Administração (48,98%), com tempo médio de experiência em gerenciar negócios de 13,61 anos. Esses gestores administram empresas com tempo médio de atuação no mercado de pouco mais de 13 anos, do segmento de confeções (79,4%), com média de 13 trabalhadores e localizadas nas cidades de Caruaru (47%) e Santa Cruz do Capibaribe (46%).

Ademais, são caracterizadas como pequenas empresas (92%), com propriedade centralizada no fundador, ou seja, 63,72% possuem 100% do capital controlado por uma única pessoa, essa concentração se reforça na administração do negócio, especialmente a área financeira, administrada, em sua maioria, pelos proprietários (81,37%).

Quanto ao grau de escolaridade, percebe-se um crescimento na valorização do conhecimento acadêmico, pois em uma pesquisa anterior, no mesmo APL, apenas 29% dos entrevistados iniciaram ou concluíram o ensino superior (Ramos; Santos & Vasconcelos,

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

2017). Agora, quase metade dessas empresas são administradas por gestores que possuem uma vivência acadêmica especializada e/ou técnica e alguns declararam que essa mudança aconteceu devido à implantação do campos da Universidade Federal de Pernambuco em Caruaru.

Em relação ao tempo dessas empresas no mercado, os resultados encontrados mostraram que a maioria das empresas pesquisadas, ou seja, 70,6% delas conseguiram sobreviver ao período de pelo menos 5 anos, relatado como crucial (IBGE, 2019) e 48,1% delas superaram os 10 anos de mercado.

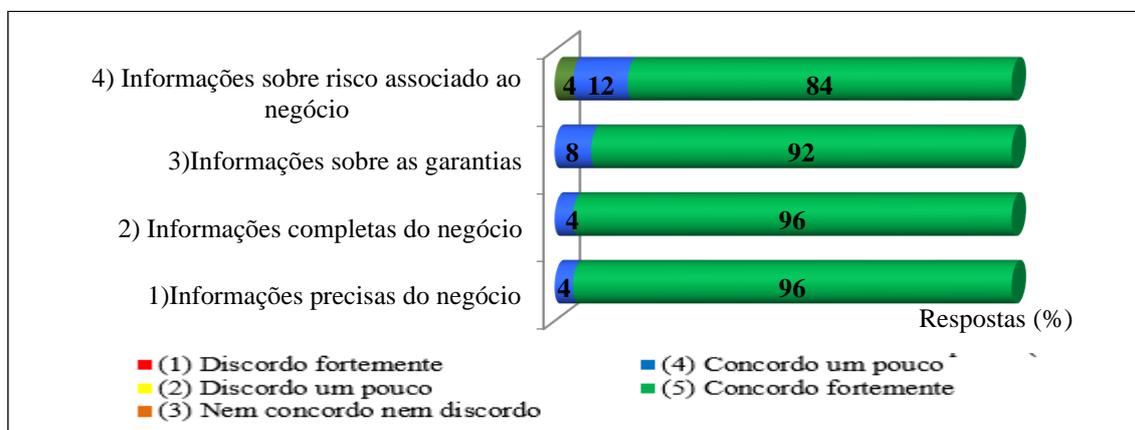
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados sobre a importância dos mecanismos de governança no processo de avaliação de crédito pela ótica dos gestores dos bancos que gerenciam as contas de pessoas jurídicas. Os mecanismos abordados foram: transparência, prestação de contas e conselho.

De acordo com o conjunto de percentuais das assertivas apresentados na figura 1, os gestores concordaram fortemente com a sua relevância, ou seja, mais de 80% deles afirmaram que as assertivas 1, 2, 3 e 4 são consideradas indispensáveis para à análise de concessão de crédito. Essas informações permitem ao detentor de crédito avaliar o nível de risco associado a empresa e permite ao credor tomar as melhores decisões baseados nesse critério.

Figura 1

A importância da transparência para os gestores dos bancos.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

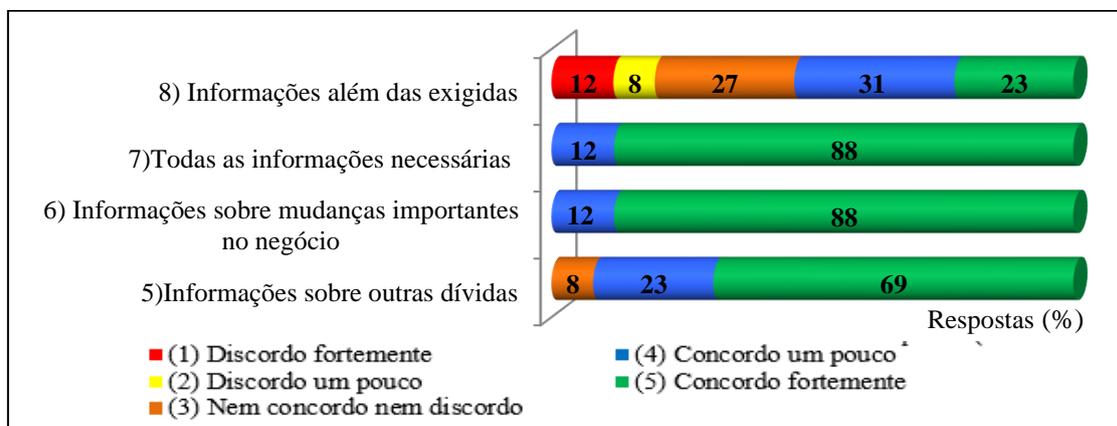
Já as assertivas do segundo bloco (figura 2), também relacionadas à transparência, se destacaram, com percentuais de 69%, 88% e 88%, respectivamente, para as assertivas 5, 6 e 7 e os gestores concordaram fortemente sobre sua importância.

Observou uma diminuição na concordância dos gestores sobre a relevância da entrega de “informações além das exigidas aos bancos” como meio de facilitar a captação de recursos, pois 54% dos gestores concordaram pelo menos um pouco com sua importância. Esperava-se que os gestores apontassem uma maior relevância dessa assertiva, já que as PMEs sofrem com a falta de transparência e os custos de agência poderiam ser reduzidos por meio da transparência (Erdogan, 2018; Dong & Men, 2014).

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Figura 2

A importância da transparência para os gestores dos bancos

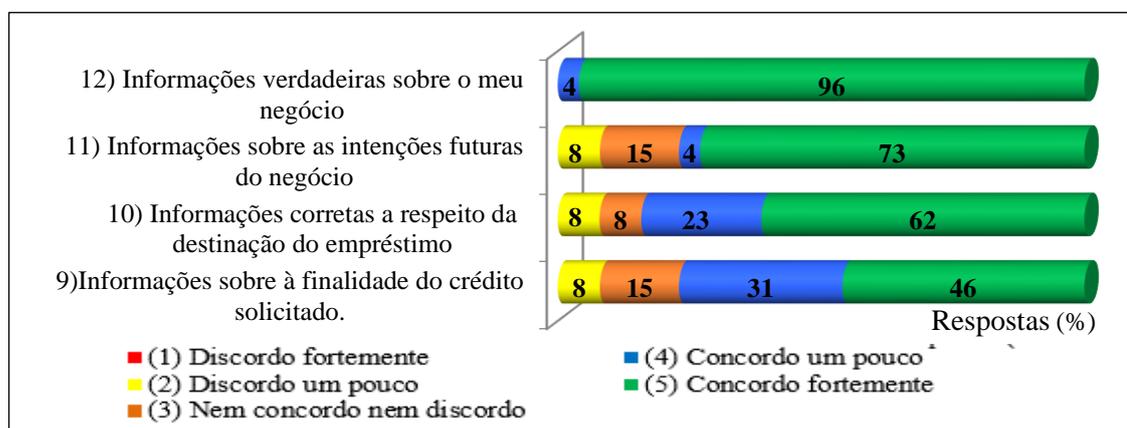


Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Adicionalmente, as últimas assertivas que abordam o princípio da transparência também se mostraram importantes para o processo de avaliação de crédito, já que mais da metade dos gestores atribuíram, (Figura 3), máxima relevância para três delas, isto é, a 10, 11 e 12. Já a assertiva “Informações sobre a finalidade do crédito solicitado”, apresentou um grau de importância máxima para 46% dos respondentes.

Figura 3

A importância da transparência para os gestores dos bancos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Portanto, percebe-se, mediante a análise descritiva das assertivas relacionadas à transparência, a sua importância no processo de avaliação de crédito. Das 12 afirmações sobre a temática, para 10 delas, mais da metade dos gestores “concordaram fortemente” sobre a importância da transparência como meio facilitador no processo de pleitear o crédito. As boas práticas de GC proporcionam maior transparência, informações e harmonização de interesses a todos os agentes envolvidos nas organizações, minimizando a assimetria de informações existente entre empresa e *stakeholders* (Carmona; Fuentes & Ruiz, 2016).

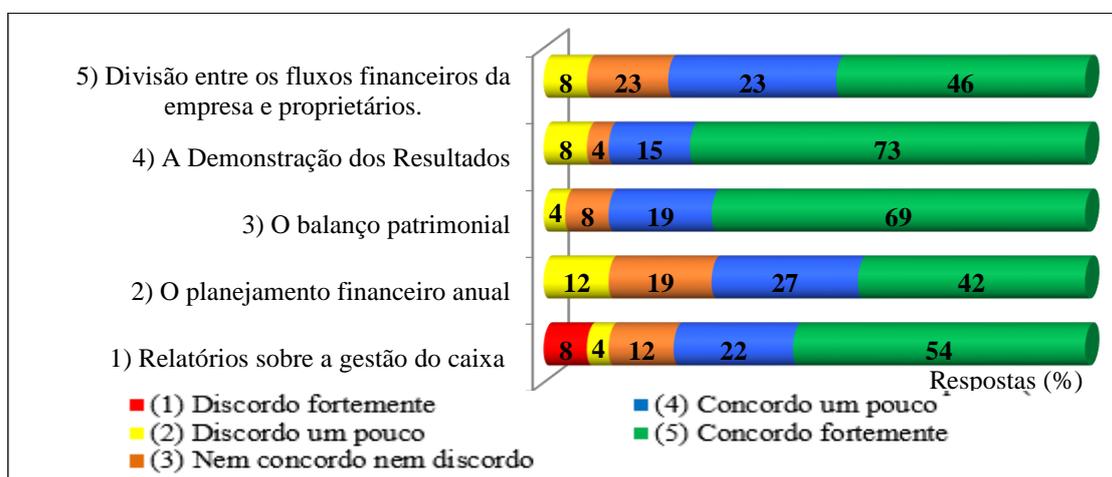
A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Entretanto, informalmente, os gestores dos bancos relataram que muitas das PMEs que pleiteiam crédito junto aos bancos não atendem de maneira eficaz ao conjunto de premissas referente à transparência, sendo essa uma das razões para terem suas solicitações de crédito indeferidas. Como essas empresas não possuem ativos suficientes como garantia, por meio da divulgação, os *stakeholders* poderiam observar se as empresas cumprem com os termos acordados no contrato (Carmona; Fuentes & Ruiz, 2016).

Além da transparência, outro princípio pesquisado foi a prestação de contas, ou seja, a elaboração e entrega de relatórios detalhados. Diferentemente das assertivas anteriores, as afirmações contidas nas figuras 4 e 5 apresentam uma variedade maior em relação à concordância desses relatórios como meio de facilitar o empréstimo bancário para as PMEs. Porém, de forma geral, a maioria dos relatórios foram considerados relevantes para o processo, pois a prestação de contas é inerente a quem administra os recursos de terceiros (IBGC,2009).

Figura 4

A prestação de contas para os gestores dos bancos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

A partir dos percentuais das assertivas (1 a 5), a maioria dos gestores apontou que concordam fortemente que os relatórios e as informações mais relevantes no processo de avaliação de crédito são: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) (73%), Balanço Patrimonial (BP)- (69%) e o relatório de gestão de caixa (54%). Esses relatórios são basilares na Contabilidade, e constituem-se como os mais importantes relatórios para gestão econômico-financeira de uma empresa. A DRE e o relatório de gestão de caixa, por exemplo, permitem a análise da saúde econômico-financeira da companhia por duas perspectivas diferentes e complementares: o regime de competência e o regime de caixa. Já o BP exhibe a situação patrimonial e o patrimônio líquido da empresa.

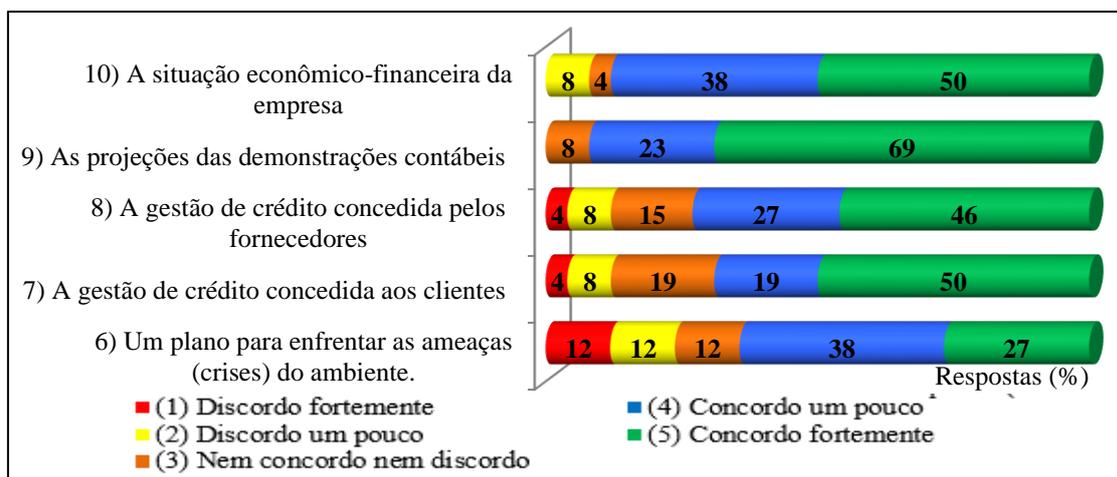
Outros relatórios também se mostraram relevantes, entretanto, os gestores, em sua maioria, não concordaram fortemente com sua importância, a exemplo do planejamento financeiro anual e divisão entre os fluxos financeiros dos proprietários e da empresa.

Os resultados encontrados na figura 5 mostraram também que, para a maioria dos gestores, a entrega das projeções das demonstrações é indispensável no processo, ao concordarem fortemente. Quanto aos demais relatórios que estão relacionados à gestão de crédito, à crise e à situação financeira da empresa, os gestores não “concordaram fortemente”, em sua maioria, sobre a importância desses relatórios no processo de avaliação de crédito.

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Isso pode ser explicado pela dificuldade que as PMEs têm na elaboração e entrega de relatórios, especialmente os que não são obrigados por lei (Resolução CFC 1.255/09/NBC TG 1000).

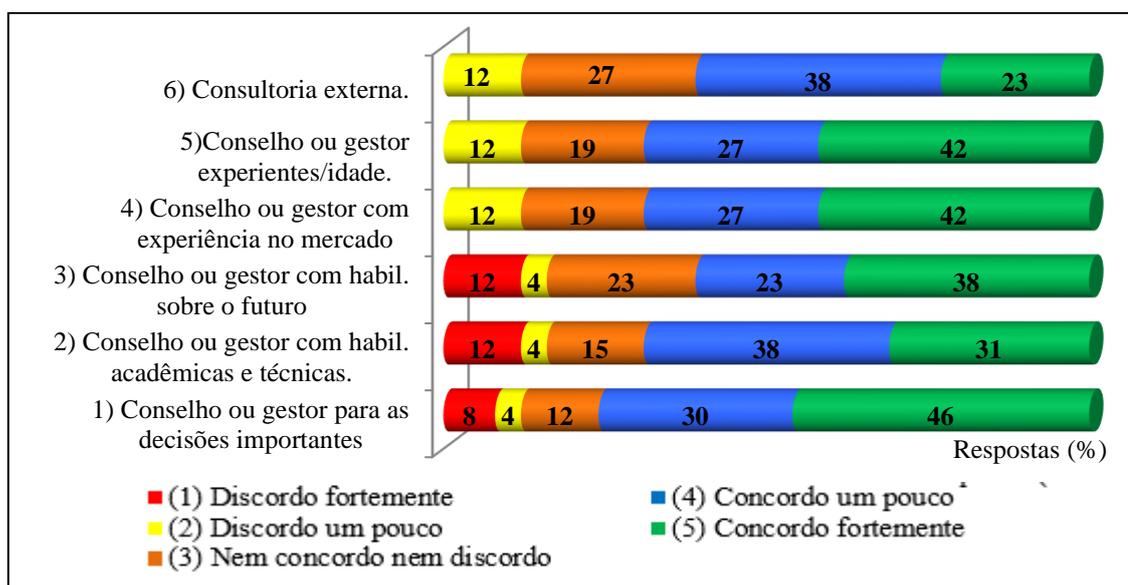
Figura 5:
A importância da prestação de contas para os gestores dos bancos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Por fim, os gerentes dos bancos também foram questionados sobre o conselho de administração. No caso das pequenas e das médias empresas, que não dispõem de recursos para adotarem um conselho de administração conforme as grandes empresas (devido a não separação entre propriedade e controle), muitas delas fazem uma adaptação e recorrem a um conselho familiar/informal, ou a uma pessoa preparada para tomar as decisões mais relevantes da organização (Karoui; Khlif & Ingley, 2017).

Figura 6
A importância do conselho para os gestores dos bancos



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Diante disso, conforme figura 6, mais da metade dos resultados indicam que os gestores “concordam totalmente” e “concordam um pouco” para a importância do conselho ou gestor responsável como informação pertinente a ser declarada pelas pequenas e pelas médias empresas demandantes de crédito. As características relacionadas ao conselho foram: habilidades acadêmicas e técnicas, habilidades sobre o futuro da empresa, experiência no mercado, e experiência relacionadas à idade. A utilização dos serviços de uma consultoria externa, como forma de um tipo de conselho, também foi apontada como relevante pelos gestores dos bancos.

Diante do exposto, percebe-se, por meio da percepção dos gestores de bancos, que a adoção da governança foi considerada importante no processo de concessão de crédito. Eisenhardt (1989) aponta que a adoção dos mecanismos de governança que limitam o comportamento de agir em benefício próprio do agente, reduzirá os conflitos de agência e poderá dar mais segurança aos detentores do capital investido.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

No que se refere a análise Esta seção apresenta os resultados que a Análise Fatorial (AF) gerou para o grupo de assertivas sobre a transparência, a prestação de contas e o conselho administrativo, mecanismos referentes à governança adotada pelas empresas pesquisadas.

O propósito foi identificar se o conjunto de assertivas apontados pelos gerentes dos bancos contemplavam o objetivo da pesquisa e atendia aos pressupostos da análise fatorial. Assim sendo, executou-se a AF apenas as variáveis com comunalidade $> 0,60$ (HAIR *et al.*, 2009), conforme orientação descrita na metodologia. Houve a divisão dos 3 mecanismos de governança em 5 fatores, agrupando ao todo 22 assertivas. Como se trata de uma pesquisa de base exploratória, os fatores não foram fixados.

Após todas as variáveis apresentarem cargas acima de 0,60, foi realizado o teste de confiabilidade dos dados *alfa de Cronbach* (HAIR *et al.*, 2009). O resultado do *Alfa de Cronbach* foi de 0,918, apresentou uma consistência interna muito boa (Pestana e Gageiro (2008). O resultado do teste de KMO apresentou um valor de 0,770, evidenciando um bom grau de explicação das assertivas a partir dos fatores encontrados na AF. Observou-se também que o resultado do teste de esfericidade de *Bartlett* (253,507) indica, ao nível de significância estatística de 5% ($\text{sig.} < 0,05$), que existem correlações suficientes entre as assertivas na aplicação da AF.

O construto transparência foi dividido em 2 fatores e nomeados como: divulgação e seriedade. Destaca-se que todas as assertivas alcançaram cargas fatoriais satisfatórias, já que conforme Hair *et al.* (2009) as cargas fatoriais superiores a 0,30 são significativas. Os dois fatores concentraram 42,28% da variância explicada, cujos percentuais são: 15,97% e 10,83%, respectivamente.

As assertivas agrupadas no fator divulgação, de forma geral, estão relacionadas ao risco e a disposição de divulgar informações inerentes as empresas (conforme figura 7), visto que foi formado pelas variáveis que informam sobre o risco do negócio, dívidas, mudanças no

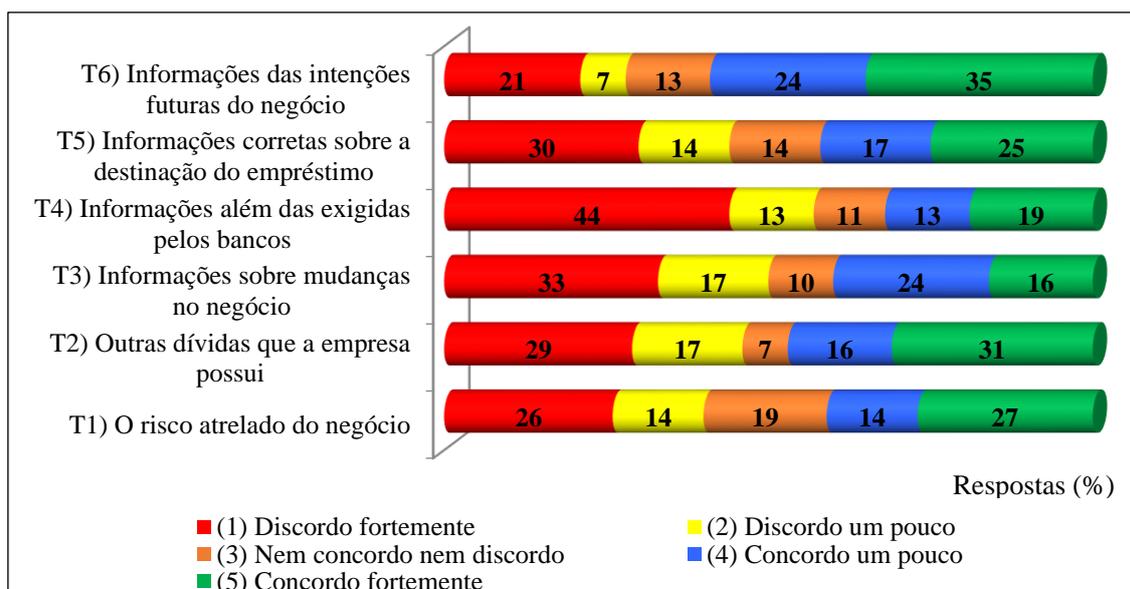
A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

negócio, informações além das exigidas, informações corretas sobre a destinação do empréstimo e intenções futuras do negócio.

Porém, os resultados, por meio dos baixos percentuais, mostram que a maioria das empresas não adotam essas práticas, contrariando os resultados encontrados junto aos gerentes de bancos que concordaram com a importância dessas práticas atreladas ao fator divulgação. A importância de informar aos credores sobre o risco da empresa, consiste no fato que as pequenas empresas estão expostas a um maior risco financeiro (Ang, 1991) e identificar o risco e mensurá-lo permite aos credores mitigar suas consequências. Portanto, por meio da divulgação, os *stakeholders* podem observar se as empresas irão cumprir com os termos acordados no contrato (Carmona; Fuentes & Ruiz, 2016).

Almeida e Santos (2016) apontaram que disponibilizar mais informações para o mercado ajuda na captação de recursos por meio de dívidas. A transparência, preferencialmente, se refere ao desejo de disponibilizar as partes interessadas informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por lei.

Figura 7
O fator Divulgação

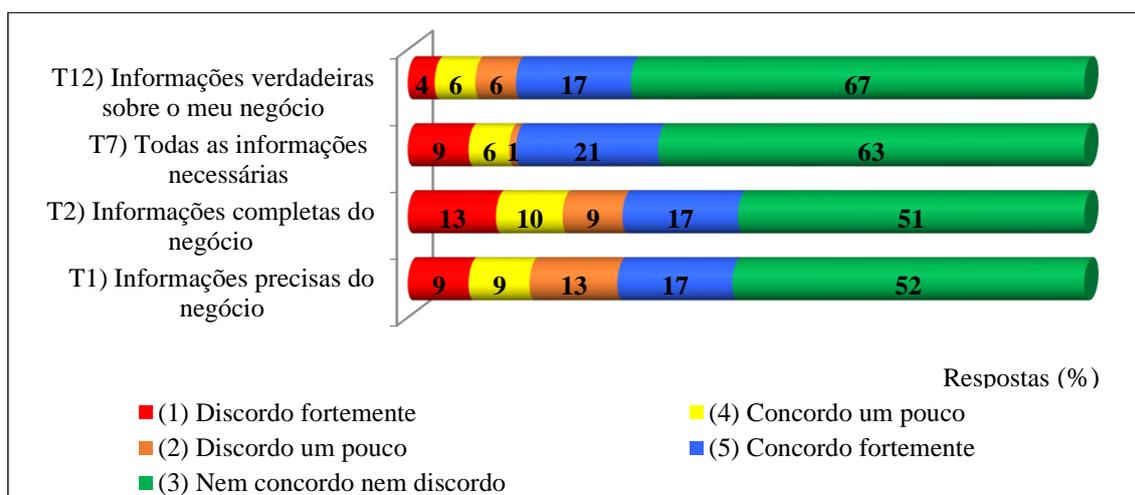


Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O outro fator ainda relacionado à transparência foi nomeado de Seriedade e agrupou as seguintes assertivas, conforme figura 8: informações precisas, completas, necessárias e verdadeiras sobre o negócio. Esse fator busca agregar as informações que descrevem o negócio de forma holística, completa e verídica. Em relação a essas assertivas, a maioria dos gestores demonstraram que disponibilizam as informações aos bancos, pois declararam que concordam fortemente para as 4 assertivas (figura 8). Essas características relacionadas as informações são importantes porque o acesso das PMEs aos empréstimos bancários é afetado pela confiabilidade dos dados financeiros fornecidos pela empresa (Erdogan, 2018).

Figura 8
O fator Seriedade

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

A transparência tem como norte assegurar o acesso às informações relevantes sobre a gestão e o desempenho das organizações. Assim, as empresas sofrem pressões, emitidas pelos *stakeholders*, que as incentivam à divulgação de informação suficiente e confiável (Serra & Lemos, 2020), pois os gestores bancários, apontaram concordar fortemente com a importância da transparência no processo de avaliação, já que a maioria deles “concordaram fortemente” sobre a importância da transparência como meio facilitador no processo de pleitear o crédito. Além disso, quando os proprietários divulgam mais informações sobre seus negócios, os credores entendem que a empresa presa pela transparência e, assim, podem desfrutar também de uma dívida menos onerosa (Dunne & Mcbrayer, 2019).

Já o construto sobre prestação de contas também foi dividido em 2 fatores e nomeados como: relatórios basilares e relatórios extras. Todas as assertivas também alcançaram cargas fatoriais satisfatórias e os dois fatores concentraram 38,48% da variância explicada, cujos percentuais são: 13,94% e 10,45%, respectivamente.

As assertivas agrupadas no fator relatórios basilares foi composto pelos seguintes relatórios: planejamento financeiro anual, balanço patrimonial (BP), a demonstração dos resultados (DRE), as projeções das demonstrações contábeis e a situação econômico-financeira da empresa.

Os gestores das PMEs foram questionados sobre a entrega desses relatórios para os bancos quando pleiteiam o crédito e, apontaram, em sua maioria, para 4 deles, concordam pelos menos um pouco que são essenciais e solicitados no processo de avaliação de crédito conforme os percentuais demonstrados na figura 9: BP (61%), DRE (62%), as projeções das demonstrações (55%) e a situação econômica (55%).

O BP é uma das ferramentas mais importantes para obter dados financeiros das empresas e a análise de balanço, uma das maneiras mais importantes para obter dados financeiros das empresas. A análise de balanço é utilizada para avaliar a situação econômica, financeira e operacional de uma empresa (Padoveze & Benedicto, 2007).

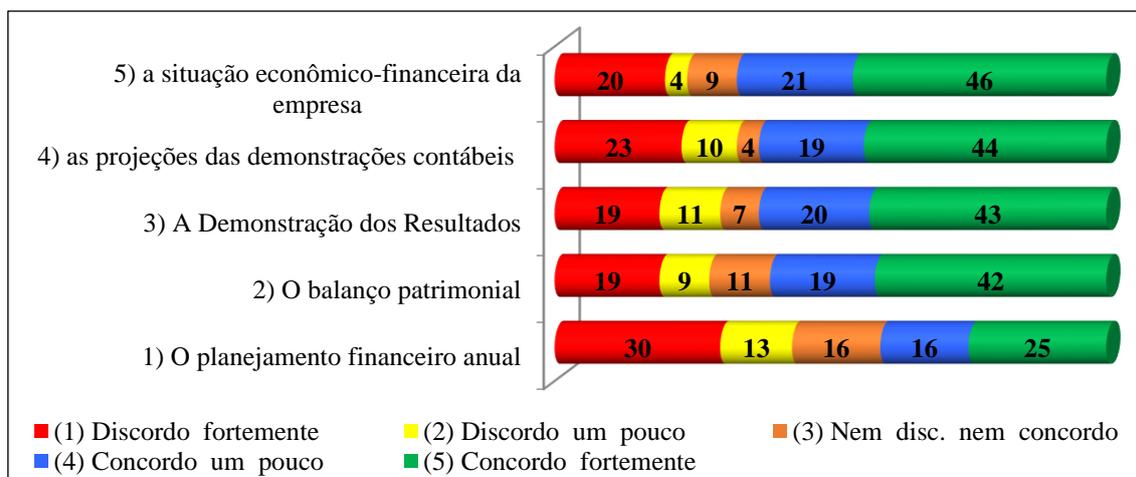
Acerca da demonstração do resultado do exercício (DRE), D’Amato *et al.* (2012) esclarecem que a DRE é a ferramenta que comprova o resultado financeiro das empresas em determinado período, revelando se houve lucro ou prejuízo nas suas operações. Almeida e Martins (2014, p. 63) evidenciam que essa demonstração “apresenta o desempenho da entidade na perspectiva do regime de competência, contribuindo para o monitoramento das operações e fornecendo informações para a tomada de decisões”. Os demais relatórios como

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

DRE e BP buscam esclarecer sobre o desempenho operacional da empresa e sua situação patrimonial (Ching, 2010).

A entrega e a qualidade das demonstrações financeiras e contábeis, subjacente à transparência, reduziria a assimetria informacional exercendo um impacto positivo sobre a percepção dos *stakeholders*, pois o fator governança corporativa foi relevante na determinação da estrutura de capital das empresas, exercendo um efeito positivo não apenas referente à quantidade, mas sobre a qualidade do endividamento (Fonseca, Silveira e Hiratuka, 2016)

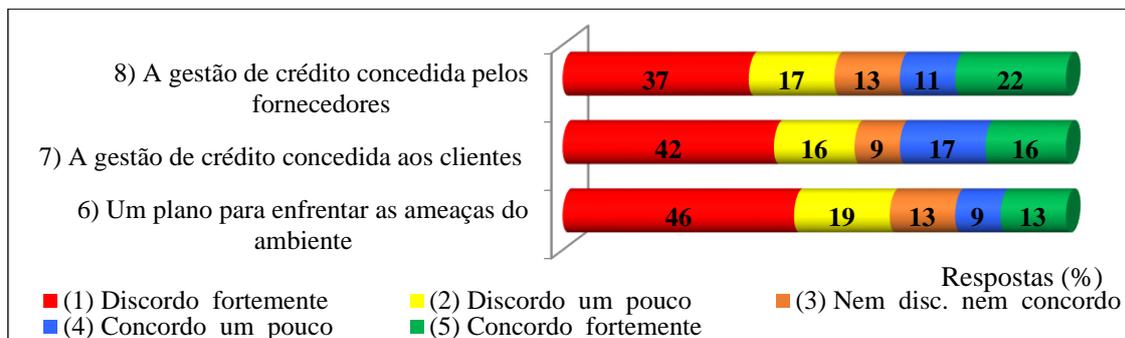
Figura 9
O fator Relatórios Basilares



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O outro fator que também está relacionado à prestação de contas, foi denominado de relatórios extras, sendo formado pelos seguintes relatórios: plano para enfrentar as ameaças do ambiente, crédito concedida aos clientes e recebido dos fornecedores. A maioria dos gestores indicaram não disponibilizar esses relatórios no momento que pleiteiam o crédito, conforme descrito na tabela 10. Embora esses relatórios apresentem informações relevantes das empresas é difícil sua elaboração pelas pequenas empresas, que se limitam muitas vezes as informações tributárias.

Figura 10
O fator Relatórios Extras



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Os relatórios contábeis podem ser divididos em obrigatórios ou não e suas exigências (obrigatoriedade) variam de acordo com seu enquadramento, faturamento ou o porte da organização. Os relatórios não obrigatórios, também classificados como gerenciais, podem variar conforme o planejamento de seu gestor e são elaborados para atender as necessidades internas e apoiar o processo decisório. Entretanto, esses relatórios foram considerados relevantes para os gestores dos bancos, pois, em sua maioria, concordaram no mínimo um sobre sua importância no processo de concessão de crédito.

Ademais, esses resultados indicam que a entrega maior de informações aos bancos está atrelada aos relatórios basilares da Contabilidade. A ITG 1000, aprovada pela Resolução n.º 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte devem elaborar e divulgar obrigatoriamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e as Notas Explicativas (CFC, 2012).

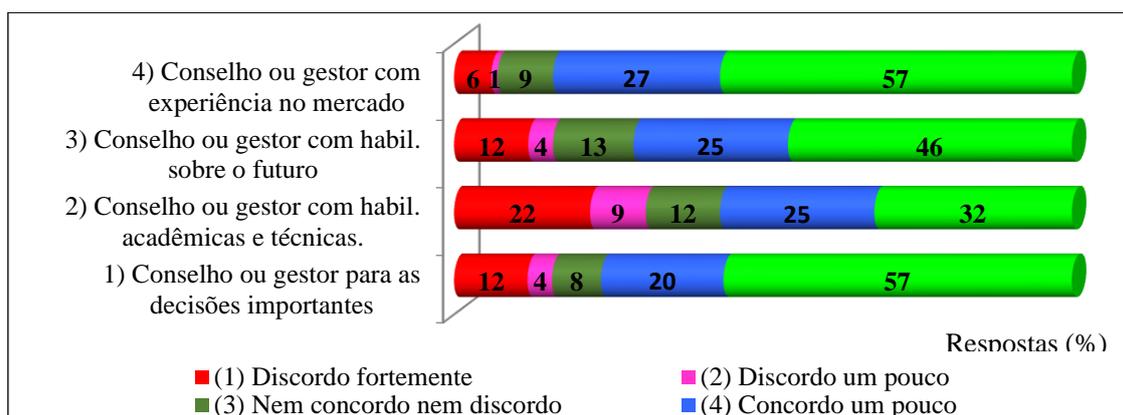
Diante dos resultados, as pequenas empresas precisam compreender que a transparência, por meio da disponibilização dos relatórios, tem como norte assegurar o acesso às informações relevantes sobre a gestão e o desempenho das organizações. As informações não devem se restringir às questões de desempenho econômico-financeiro, mas contemplar também os demais fatores (critérios intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem para a criação de valor, resultando em um clima de confiança em âmbito interno e externo (IBGC, 2009). Ademais, tanto a quantidade quanto à qualidade das informações das demonstrações financeiras estão positivamente relacionadas à alavancagem das PMEs, pois informações incompletas restringem o acesso aos fundos externos (Caneghem & Campenhou, 2012; Quintiliani, 2019).

Por fim, o fator relacionado ao conselho. As características relacionadas a esse mecanismo ficaram todas agrupadas em um único fator e são elas: a existência de conselho para a tomada das decisões mais importantes, membros que possuem habilidades acadêmicas e técnicas, que tenham visão sobre o futuro da empresa e com experiência no mercado a figura 11 ilustra os respectivos achados. Os resultados apresentados evidenciaram que os gestores “concordaram fortemente ou pouco”, em sua maioria, sobre possuírem dentro das organizações o conselho ou um responsável com essas características. Esses achados corroboram com os resultados encontrados juntos aos gerentes de contas de PJ, que indicaram, em sua maioria, que “concordam totalmente” ou “concordam um pouco” para a importância do conselho ou gestor responsável e suas respectivas características como informação pertinente a ser declarada pelas pequenas e médias empresas demandantes de crédito.

O conselho de administração é, segundo alguns autores, o principal mecanismo da governança (IBGC, 2009). Os gestores argumentaram, durante a fase de coleta de dados, que o tipo de conselho mais utilizado é o familiar.

Figura 11
O fator Conselho

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Já com relação ao tipo de conselho que predomina nessas empresas, elas empregam a estrutura de liderança combinada, devido à concentração do capital e da gestão financeira, não ocorrendo a separação entre propriedade e controle. Essas empresas possuem, portanto, características únicas de governança, devido à concentração das decisões (Kurniawati *et al.*, 2018).

Ademais, por meio de vários relatos dos gestores, os resultados mostram que as características dos conselhos das empresas pesquisadas no APL são o conselho familiar (principal forma relatada), as decisões que são tomadas pelo chefe da família e as reuniões informais (Montemerlo *et al.*, 2004; Umrani, Johl & Ibrahim, 2015).

Concernente ao principal responsável pelo conselho observa-se uma pequena mudança em relação à tomada de decisão, pois 49% apontaram que sempre utilizam informações contábeis no processo de tomada de decisão, e 19% dos gestores informaram utilizar, porém não frequentemente. Isso aponta que mesmo que o processo de tomada de decisão seja centralizado, os gestores estão se fundamentando em informações financeiras. Em complemento, 48,0% dos gestores ingressaram no ensino superior e possuem conhecimento acadêmico para guiar as decisões. Esses achados contrariam os resultados de Santos, Dorow e Beuren (2016), que relataram que o processo ocorre de forma intuitiva, sem considerar os demonstrativos contábeis.

Por fim, o modelo gerado pela AF, para as assertivas que tratam da governança corporativa, conseguiu explicar aproximadamente 64% (variância total acumulada) dos dados originais, indicando assim uma boa estrutura de relacionamento entre as 22 assertivas do grupo, distribuídas em 5 fatores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo identificar a importância da governança corporativa impacta na captação de recursos bancários das pequenas e médias empresas que compõem o arranjo produtivo local de confeccões do Agreste de PE na visão dos gestores bancários e dos gestores das empresas.

Os resultados encontrados demonstraram indícios que a adoção das práticas de governança pelas pequenas e médias empresas que formam o APL de confeccões do Agreste de PE influenciam na sua estrutura de capital, ou seja, podem facilitar na obtenção de dívida com terceiros, especialmente, o bancário.

Os princípios utilizados concernente a transparência, prestação de contas e o conselho, por meio da análise fatorial, foram divididos em 5 fatores a divulgação, a seriedade, os

relatórios básicos e extras e o conselho, se mostraram relevantes na ótica dos gestores dos bancos e esses mecanismos, de forma geral, também foram adotados pelas empresas pesquisadas. A adoção desses mecanismos buscam alinhar os interesses dos sujeitos, na medida que podem contribuir com a diminuição dos problemas de agência.

Embora essas variáveis tenham se mostrado relevantes na captação de recursos externos, percebe-se que essa adoção ainda está no início, pois as pequenas e médias empresas ainda adotam de forma incipiente a governança, já que as variáveis relacionadas à governança (transparência, prestação de contas e conselho) apresentaram uma média geral de 3,394, 3,076 e 3,9, respectivamente.

Entretanto, importa salientar que a introdução da governança no âmbito das empresas de pequeno porte é um compromisso voluntário e, mesmo assim, já se percebe-se um avanço. Na introdução dos mecanismos de governança surge também a questão dos entraves à sua implementação. Tradicionalmente, espera-se que os administradores de empresas menores, devido à centralidade, se concentrem nas questões e desafios do dia-a-dia de suas empresas, como maneira de garantir a perenidade do negócio no mercado, em vez de lidar com questões estratégicas, a exemplo da adoção da governança.

Por fim, entende-se que mesmo diante de limitações, a compreensão e a implementação da governança no âmbito das pequenas empresas é crucial para o seu desenvolvimento sustentável. Ou seja, é importante olhar para a questão como uma oportunidade para melhorar o seu desempenho e garantir a sustentabilidade das suas atividades empresariais.

Este estudo apresenta algumas limitações, que sugerem direções para novas pesquisas. Primeiro, destaca-se o tamanho da amostra analisada, podendo não representar satisfatoriamente a realidade. Entretanto, vale destacar a dificuldade em conseguir as informações com as empresas pesquisadas devido à resistência dos proprietários, por causa da natureza das informações de ordem financeira.

Sugere-se, todavia, que estudos futuros busquem um conjunto maior de empresas, considerando os valores exatos sem a utilização de faixas e que sejam com mais de um ano. Um estudo longitudinal pode permitir avaliar não apenas o nível atual da adoção da governança, mas também seu padrão ao longo do tempo. Isso pode proporcionar uma melhor configuração para examinar a eficácia da governança no âmbito das pequenas empresas.

Referências

- Abor, J.; & Adjasi, C. KD. (2007). Corporate governance and the small and medium enterprises sector: theory and implications. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 7(2), 111-122.
- Almeida, J. E. F. De & Martins, E. A. (2014). Demonstrações contábeis. In J. E. F. Almeida, R. L. Cardoso, A. Rodrigues, E. J. & Zanoteli, Contabilidade das pequenas e médias empresas.
- Almeida, M. A. & Santos, J. F. (2016). Estrutura de capital e divulgação voluntária de informações de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras. *Revista de Ciências da Administração*, 18 (45), 109-126.

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

- Al-Najjar, B.; & Al-Najjar, D. (2017). "The impact of external financing on firm value and a corporate governance index: SME evidence", *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 24.
- Ang, J. S. (1991). Small business uniqueness and the theory of financial management. *Journal of small business finance*, 1(1), 1-13.
- Caneghem, & T. V.; Campenhout, G. V. (2010). Quantity and quality of information and SME financial structure. *Small Business Economics*, 39(2), 341-358.
- Carmona, P., Fuentes, C. D. & Ruiz, C. (2016). Risk disclosure analysis in the corporate governance annual report using fuzzy-set qualitative comparative analysis. *Revista de Administração de Empresas*, 56(3), 342-352.
- Ching, H. (2010). *Contabilidade e finanças para não especialistas*. Edição 3°. São Paulo: Pearson Education.
- CRC, Conselho Regional de Contabilidade. ITG 1000 – ME ou EPP. 2012. Disponível em: <https://fiscalizacao.crcpr.org.br/itg_1000_me_epp.html#:~:text=A%20ITG%201000%20estabelece%20que,final%20de%20cada%20exerc%C3%ADcio%20social.>. Acesso em: 10 mar. de 2022.
- D'Amato, C. L.; Galvão, M.; Villaça, N. A. G.; Jorge, R. K. & Tavares, Z. (2012). *Curso básico de finanças: entendendo finanças de maneira prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2012.
- Dong, Y. & Men, C. (2014). SME financing in emerging markets, *Emerging Markets Finance & Trade*, 50 (1), 120-149.
- Dunne, T. C. & Mcbrayer, G. A. (2019). In the interest of small business' cost of debt: A matter of CSR disclosure. *Journal of Small Business Strategy*, 29 (2), 58-71.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: an assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.
- Erdogan, A. I. (2018). Factors affecting SME access to bank financing: na interview study with Turkish bankers. *Small Enterprise Research*, 23-35.
- Field, A.; Miles, J.; Field, Z. (2012). *Discovering statistics using R*. Sage Publications, 2012.

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

- Fonseca, C. V. C.; Silveira, R. L. F. & Hiratuka, C. (2016). A relação entre a governança corporativa e a estrutura de capital das empresas Brasileiras no período 2000-2013 . *Enfoque Reflexão Contábil*, 35 (2), 35-52.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Hakimaha, Y.; Pratamab, I.; Fitric, H.; Ganatrid, M.; Sulbahri, R. A. (2019). Impact of Intrinsic Corporate Governance on Financial Performance of Indonesian SMEs. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, 7(1), 32-51.
- Hair, J. F. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Hart, O. (1995). Corporate governance: some theory and implications. *The Economic Journal*, 105(430), 678-89.
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2014). *Caderno de Boas Práticas de Governança Corporativa Para Empresas de Capital Fechado: um guia para sociedades limitadas e sociedades por ações fechadas*. São Paulo.
- _____, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4. ed. São Paulo, IBGC.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2017: taxa de sobrevivência foi de 84,8%*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan de 2021.
- JAIN, S.K & GUMPERT, D.E. (1980). ‘‘Look to outsiders to strengthen small business boards’’, *Harvard Business Review*, 58, 162-70.
- Karoui, L., Khlif, W., & Ingle, C. (2017). SME heterogeneity and board configurations: an empirical typology. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 24(3), 545-561.
- Kumar, S., & Rao, P. (2016). Financing patterns of Indian SMEs during 2006 to 2013: An empirical analysis. *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, 28(2), 97-131.
- Mahlawat, S.; & Batra, V. (2020). Analytical study on role of MSME financing in development of economy. *International Journal of Advanced Science and Technology*, 29(3), 513-521.

- Matias, M. N. (2009). A assimetria informacional no financiamento das micro e pequenas empresas. *Revista TOC*, 114, 59-60.
- Michaelas, N., Chittenden, F.; Poutziouris, P. (1999). Financial policy and capital structure choice in U.K. SMEs: Empirical evidence from Company Panel Data. *Small Business Economics*, (12), 113-130.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Compras impulsionam o turismo doméstico. 2014 Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/711-compras-impulsionam-o-turismo-domestico.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- Mishkin, F. S. (2000). *Moedas, Bancos e Mercados Financeiros*. Rio de Janeiro: LTC.
- Montemerlo, D., Gnan, L., Schulze, W.; Corbetta, G. (2004). ‘Governance structures in Italian family SMEs’, in S. Tomaselli and L. Melin (Eds.) 15th FBN World Conference Research Forum Proceedings, FBN – IFERA Publications.
- OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Launch of “Digital for SMEs” Initiative. (2019). Disponível em: <https://www.oecd.org/fr/industrie/launch-of-digital-for-smes-initiative-paris-november-2019.htm>. Acesso em: 10 set de 2020.
- Padoveze, C. L.; Benedicto, G. C de. (2007). *Análise das demonstrações financeiras*. 2. Ed. São Paulo: Thomas Learning.
- Panda; B.; & Leepsa, N. M. (2017). Agency theory: Review of Theory and Evidence on Problems and Perspectives. *Indian Journal of Corporate Governance*, 10(1), 74-95.
- Parsa, S.; Chong, G.; & Isimoya, E. (2007). Disclosure of governance information by small and medium-sized companies. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 7(5), 635–648.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais-A complementaridade do SPSS Lisboa: Edições Sílabo*.
- Pindyck, R. S.; & Rubinfeld, D. L. (2013). *Microeconomia* (8 ed). Makron Books.
- Quintiliani, A. (2019). Impact of Financial Transparency on SMEs’ Value. *Journal of Applied Finance & Banking*, 9(6), 285-300.

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste de Pernambuco

- Ralio, V. R. Z.; & Donadone, J. C. (2015). Estudo sobre o histórico de atuação do SEBRAE na consultoria para micro e pequenas empresas brasileiras. *Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, 10(2), 33-47.
- Ramos, R. S., Santos, J. F., Vasconcelos, A. F. (2017). A Gestão Dinâmica do Capital de Giro na Indústria de Confeccões de Pernambuco. *Revista Universo Contábil*, 13(4), 84-103.
- Santos, V.; Dorow, D. R.; & Beuren, I. M. (2016). Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. *Revista Ambiente Contábil*, 8(1), 153-186.
- Schuster, W; E.; Friedrich, M. P. A. (2017). A Importância da Consultoria Empresarial na Gestão Financeira das Micros e Pequenas Empresas. *Revista de Administração IMED*, 7(2), 183-205.
- SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Total de empresas brasileiras. (2021). Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- SECRETARIA DE TURISMO. Feira de Caruaru (PE) é revalidada como Patrimônio Cultural do Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/feira-de-caruaru-pe-e-revalidada-como-patrimonio-cultural-do-brasil.>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- Serra, S.; & Lemos, K. (2020). A Influência da governança corporativa e do auditor na divulgação sobre riscos. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 8(3), 106-124.
- Silva, A. L. C. da; & Leal, R. P. C. (2007). *Governança Corporativa: evidência empíricas no Brasil*. São Paulo Atlas.
- Süsi, V. & Lukason, O. (2019). Corporate governance and failure risk: evidence from Estonian SME population. *Management Research Review*, 42(6), 703-720.
- Umrani, A. I.; Johl, S. K.; Ibrahim, M. Y. (2015). *Corporate Governance Practices and Problems Faced By SMEs in*

A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco

The importance of Corporate Governance in attracting bank resources from the perspective of managers of Financial Institutions and Small and Medium-sized Companies that make up the Local Productive Arrangement of Clothing in the Agreste region of Pernambuco

ABSTRACT

This article aimed to identify the importance of corporate governance impacts on bank fundraising for small and medium-sized companies that make up the local productive arrangement of garments in Agreste de PE in the view of bank managers and company managers. Through factor analysis, the governance mechanisms studied, transparency, accountability and advice, were divided into 5 factors disclosure, seriousness, basic and extra reports and the advice, were shown to be relevant from the perspective of bank managers and these mechanisms, in general, were also adopted by the surveyed companies. The results found showed evidence that the adoption of governance practices influence its capital structure, that is, they can facilitate the obtaining of debt with third parties, especially banking. However, it is noticed that small and medium-sized companies still adopt governance in an incipient way, since the variables related to governance (transparency, accountability and advice) presented an overall average of 3.394, 3.076 and 3.9, respectively.

Keywords: Governance. SME. Banks. Local Productive Arrangement.

La importancia del Gobierno Corporativo en la captación de recursos bancarios en la perspectiva de los gestores de Instituciones Financieras y de las Pequeñas y Medianas Empresas que integran el Arreglo Productivo Local de Vestuario en la región Agreste de Pernambuco

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo identificar la importancia de los impactos del gobierno corporativo en la captación de fondos bancarios para las pequeñas y medianas empresas que componen el arreglo productivo local de prendas de vestir en Agreste de PE en la visión de los gerentes bancarios y gerentes de empresas. A través del análisis factorial, los mecanismos de gobernanza estudiados, transparencia, rendición de cuentas y asesoría, se dividieron en 5 factores divulgación, seriedad, informes básicos y extras y la asesoría, se mostró relevante desde la perspectiva de los administradores bancarios y estos mecanismos, en general, también fueron adoptados por las empresas encuestadas. Los resultados encontrados mostraron evidencia de que la adopción de prácticas de gobierno influye en su estructura de capital, es decir, pueden facilitar la obtención de deuda con terceros, especialmente bancarios. Sin embargo, se advierte que las pequeñas y medianas empresas aún adoptan la gobernanza de forma incipiente, ya que las variables relacionadas con la gobernanza (transparencia, rendición de cuentas y asesoramiento) presentaron una media global de 3.394, 3.076 y 3,9, respectivamente.

Palabras clave: Gobernanza. PME. Bancos. Arreglo Productivo Local.